

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA  
EDUCAÇÃO BÁSICA

Amália Pires de Souza

**A LEITURA E A ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL CONFORME  
DOCUMENTOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BELO HORIZONTE –  
1994 A 2010.**

Belo Horizonte  
2010

Amália Pires de Souza

**A LEITURA E A ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL CONFORME  
DOCUMENTOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BELO HORIZONTE –  
1994 A 2010.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação Infantil, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mônica Correia Baptista.

Belo Horizonte

2010

Amália Pires de Souza

**A LEITURA E A ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL CONFORME  
DOCUMENTOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BELO HORIZONTE –  
1994 A 2010.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Educação Infantil, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mônica Correia Baptista.

Aprovado em 11 de dezembro de 2010

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Mônica Correia Baptista (Orientadora) – Faculdade de Educação da UFMG

---

Prof<sup>a</sup>. Vitória Líbia Barreto (Convidada)

---

Prof<sup>a</sup>. Fátima Regina Teixeira de Salles Dias (Convidada)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que me sustenta e me guia pelos caminhos da vida...

Ao meu esposo, pela compreensão e apoio durante toda essa trajetória.

Ao meu filho, André, que nasceu no período de realização deste trabalho e que resignificou toda a minha vida.

Aos meus pais e irmãs. Exemplos de luta e dedicação diária. Amo vocês!

Ao Laseb da Universidade Federal de Minas Gerais.

À Orientadora Profa. Dra. Mônica Correia Baptista, pela leitura atenta dos meus textos e paciência diante das minhas inquietações.

## RESUMO

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliográfico dos documentos oficiais produzidos pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte – SMED – referentes às práticas pedagógicas destinadas à aprendizagem das linguagens oral e escrita na educação infantil, no período entre 1994 a 2010. O objetivo geral é conhecer e analisar as publicações produzidas e organizadas pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte – SMED, de 1994 a 2010, destinadas a orientar o trabalho pedagógico dos professores, buscando apreender as concepções acerca do ensino e da aprendizagem das linguagens oral e escrita na Educação Infantil. Para isso tem como objetivos específicos: realizar estudos bibliográficos sobre a temática do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita em classes de educação infantil; levantar as publicações produzidas e organizadas pela SMED/BH dirigidas a professores da Rede Municipal de Ensino de BH, no período de 1994 até 2010; analisar as publicações identificando a presença ou ausência da temática da aprendizagem e do ensino da leitura e da escrita na educação infantil; investigar como profissionais do magistério que atuam nas classes de educação infantil, na gestão das instituições e do sistema municipal de educação entendem a maneira como a SMED/BH aborda essa questão, a forma como os profissionais que estão atuando nas instituições de educação infantil lidam com essas diretrizes pedagógicas (ou com a ausência delas) e as tensões que se observam entre esses dois espaços: escola e órgãos centrais da SMED/BH em relação à apreensão desse objeto de conhecimento.

**Palavras-chave:** Alfabetização – Letramento – Educação Infantil – Orientações dos Órgãos Gestores

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>07</b>
<b>2. CONTEXTUALIZAÇÃO</b>	
<b>2.1 Educação Infantil no Brasil .....</b>	<b>08</b>
<b>2.2 Educação Infantil em Belo Horizonte .....</b>	<b>09</b>
<b>2.3 Caracterização da Escola .....</b>	<b>10</b>
<b>3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>13</b>
<b>4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>15</b>
<b>5. PROJETO INTERVENTIVO .....</b>	<b>18</b>
<b>6. CONCLUSÃO .....</b>	<b>20</b>
<b>7. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>22</b>
<b>8. ANEXOS .....</b>	<b>26</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Trabalhar ou não com a leitura e a escrita na educação infantil, é uma questão bastante polêmica que vem sendo debatida nos últimos anos. Alfabetizar ou não na educação infantil? Em caso afirmativo, o que deveria ser trabalhado?

Tendo em vista que as secretarias de educação cumprem um papel importante na orientação do trabalho docente, este projeto de pesquisa de caráter bibliográfico tem como objetivo a realização de um estudo sobre o estado de conhecimento dos documentos oficiais produzidos pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte – SMED – referentes às práticas pedagógicas destinadas à aprendizagem das linguagens oral e escrita na educação infantil, no período entre 1994 a 2010.

A delimitação do período entre os anos 1994 e 2005 se justifica pela implantação da Escola Plural, que se deu em 1994, tendo em vista a importância dessa política, seu significado em termos de concepção educacional e a exigência de um perfil profissional mais bem capacitado. Tendo em vista a implantação da Escola Plural, a SMED passou a produzir com mais frequência e com maior intensidade documentos voltados para a orientação da prática dos professores.

A importância da análise desses documentos está em apreender que concepções acerca desse debate estão expressas nesse material ou estão expressas na ausência dessa discussão nos materiais de orientação para professores. Esse levantamento nos ajudará a entender a forma como a SMED/BH compreende essa questão, a forma como os profissionais que estão atuando nas instituições de educação infantil lidam com essas diretrizes pedagógicas (ou com a ausência delas) e as tensões que se observam entre esses dois espaços: escola e órgãos centrais da SMED/BH em relação à apreensão desse objeto de conhecimento.

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO**

### **2.1 Educação Infantil no Brasil**

A difusão das instituições de educação infantil em alguns países do mundo ocorreu a partir de 1870 devido a grande industrialização da época e conseqüentemente à urbanização.

O surgimento de creches ou asilos da primeira infância no Brasil seguiu alguns dos padrões das creches da Europa e distinguiu-se deles em outros aspectos. Na Europa, esse atendimento já há algum tempo existia como uma medida para solucionar o problema das mães pobres que necessitavam trabalhar para auxiliar na renda da família, e não tinham a quem confiar seus filhos, pois devido a pouca idade, não poderiam ser enviados a escola. Ficou assim a educação infantil dividida em duas etapas:

- a primeira destinada às crianças de 0 a 2 anos, que eram as creches ou asilos da primeira infância;
- a segunda destinada às crianças de 3 a 6 anos, que eram as escolas primárias ou salas de asilos para a segunda infância, estas foram criadas na França e mais tarde passaram a se chamar Escolas Maternais.

As escolas maternais tinham o intuito de educar todas as crianças, independentemente da classe social, pois se acreditava que estas instituições eram propícias ao desenvolvimento e ao cultivo de bons hábitos nas crianças, no entanto, as mesmas eram fundamentalmente destinadas às crianças pobres. Já as creches, tinham o intuito de cuidar apenas das crianças pobres, pois as crianças nesta idade deveriam ficar preferencialmente com as mães e por elas serem criadas.

No Brasil, em 1932, com a regulamentação do trabalho feminino, as creches se tornam obrigatórias nos estabelecimentos onde existiam pelo menos 20 mulheres maiores de 16 anos. Apesar da consolidação das Leis do Trabalho em 1943, o acesso à creche pelas crianças, filhas de mães trabalhadoras não se efetivou como um direito de todas, pois, nos primórdios da creche-empresa no Brasil, era grande a dificuldade de encará-la como tal. A criação de creche por parte do empregador nos locais de trabalho era, até então, considerada um ato de benevolência.

Até meados da década de 1970, as instituições de educação infantil viveram um lento processo de expansão, parte delas ligada aos sistemas de educação, atendendo crianças de 4 a 6 anos, e parte vinculada aos órgãos de saúde e de assistência, com um contato indireto com a área educacional (Khulmann Jr., 2000).

*Como resultado de uma demanda social expressiva e dos estudos científicos, vão-se delineando novas possibilidades de atendimento, e a escola infantil vem-se afirmando como importante espaço educativo para bebês e crianças pequenas.*

*Nesse contexto, as diferentes leis de nosso País – a Constituição Federal, em 1988; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN -, em 1996, passam a reconhecer o direito dos bebês e das crianças pequenas ao atendimento educacional numa instituição educacional fora do lar. E, concretizando essa conquista, reconhecem a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, tendo como objetivo o desenvolvimento integral das crianças de até seis anos de idade, nos aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos/lingüísticos e sociais, complementando a ação da família e da comunidade (LDBEN 9.394/96, art. 29, e Resolução CEB 1/99, art. 3º, III).*

## **2.2 Educação Infantil em Belo Horizonte**

Até 2003, a Educação Infantil pública de Belo Horizonte atendia, em jornada parcial, crianças de quatro até seis anos, em 13 escolas municipais de Educação Infantil (chamadas pólos) e em escolas municipais de Ensino Fundamental que possuíam turmas de Educação Infantil. O atendimento das crianças de zero até três anos era realizado apenas nas creches conveniadas.

Por muito tempo, Belo Horizonte foi uma das poucas capitais do Brasil onde não havia atendimento público às crianças de zero até três anos de idade na própria rede de ensino. A demanda por esse atendimento era crescente, as creches foram-se multiplicando e, em 1983, para responder à parte dessa demanda, foram realizados os primeiros convênios das creches comunitárias com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Com a criação das leis que regulamentam a Educação Infantil no País, para assegurar que todas as instituições públicas municipais e privadas façam parte do sistema educacional e passem a funcionar conforme os parâmetros, os critérios, os padrões estabelecidos no âmbito da política educacional, assegurando o direito a um atendimento de qualidade, foi instituído em 1998, o Sistema Municipal de Ensino de Belo Horizonte (Lei Municipal nº 7.543), criando, no mesmo ato, o Conselho Municipal de Educação, órgão consultivo, deliberativo e normativo do Sistema.

Uma das primeiras ações do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte foi regulamentar a educação infantil, através da Resolução 01/2000, definindo critérios e padrões básicos de qualidade, além de exigir a constituição de estruturas públicas para fiscalização, supervisão e acompanhamento das instituições de educação infantil. Fortaleceu ainda ações voltadas para a formação e capacitação dos profissionais em exercício nessas instituições.

A partir de 1995, com a implantação da Escola Plural, as crianças de seis anos são incluídas gradativamente no 1º ciclo do ensino fundamental e, em 1998, essa inclusão é universalizada.

Em 2001, foi criado o Grupo Gerencial da Educação Infantil (GGEI), responsável pela elaboração de critérios e estudos que possibilitaram a criação do cargo de Educador Infantil e das Unidades Municipais de Educação Infantil – UMEI's – vinculadas a uma escola municipal já existente. Com esse projeto de ampliação do atendimento, Belo Horizonte, que atendia, em 2004, na rede pública, a 2.400 crianças, de três até seis anos, passa a atender, em 2008, a 14.800 crianças. O projeto de ampliação desse atendimento continua com a construção de novas UMEI's.

### **2.3 Caracterização da Escola**

O Conjunto Educacional Professor Christovam Colombo dos Santos foi inaugurado em 04 de abril de 1982, durante o governo estadual de Francelino Pereira e do prefeito Maurício Campos, sendo Secretário Municipal de Educação Newton Paiva Ferreira Filho. O Conjunto foi criado com o apoio do Fundo Cristão para Crianças e do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e tinha como

finalidade atender crianças de quatro a seis anos, provenientes da comunidade local.

A escola está situada entre o bairro Alto Hawai e a Vila Ventosa. Há entre os moradores uma indefinição em relação ao nome do aglomerado. Alguns o chamam de Cercadinho, outros de Jardim América, Vila Ventosa e Alto Hawai. Mas a maioria da população denomina o aglomerado como Jardim América.

O prédio para a instalação do Conjunto era alugado e foram feitas algumas adaptações necessárias ao seu funcionamento. A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte arcava inicialmente, com as despesas referentes ao quadro de funcionários, ficando a materialidade, inclusive a merenda, a cargo do Fundo Cristão para Crianças.

Na época da inauguração da escola, o bairro não possuía pavimentação, água encanada nas casas, rede de esgoto, nem transporte coletivo. Os ônibus só passariam a circular na região no ano de 1994. A falta de água era constante, inviabilizando muitas vezes a ocorrência das aulas.

Com tantos problemas e dificuldades, a escola ficava desvalorizada diante da comunidade, trazendo como conseqüência, uma queda na freqüência das crianças às aulas. Além disso, ocorriam críticas das mães a atividades relacionadas ao brincar e ao processo de alfabetização desenvolvido naquela época.

Em relação à composição do corpo docente, todas as professoras são concursadas. Após um ano de funcionamento foi oferecido a estas profissionais o curso PROEPRE (Programa de Educação Pré escolar), que aconteceria fora do estabelecimento de ensino e era destinado ao aperfeiçoamento do trabalho pedagógico. Com a realização deste curso, começava a ser traçada uma linha de ação político-pedagógica da escola.

À medida que esse processo se desenvolvia, os profissionais se tornavam mais informados e iniciavam um trabalho de reivindicação junto à Secretaria Municipal de Educação para que ocorressem cursos na própria escola, melhoria de materialidade e mudanças na sua administração interna. Diante disso avanços eram conquistados, mas muita coisa ainda deveria ser feita.

As mudanças reais ocorridas nesse período diziam respeito tanto à questão da materialidade quanto do pedagógico propriamente dito, e se iniciavam junto com o movimento na Rede Municipal de Ensino, de eleição direta para diretores. Nesse momento, toda a comunidade escolar (pais, alunos, professores e funcionários) se

mobilizava em torno desse processo e a escola começava a ter uma cara diferente e nova.

Em 1991, a partir de uma orientação da Secretaria Municipal de Educação, a escola começou a elaborar o seu primeiro Projeto Político Pedagógico e foi criada a filosofia de trabalho que tinha como lema “Educar para transformar”.

No ano de 1995, com o processo de implantação do Programa Escola Plural, instituiu-se a função de Coordenação Pedagógica que, diferentemente dos serviços de Supervisão e Orientação Escolar, poderia ser assumida por uma professora integrante do corpo docente da escola, eleita pelo coletivo.

Anos depois, no orçamento participativo de 1997, a escola se articulou junto com lideranças comunitárias para a aprovação da construção do seu prédio próprio. As obras somente se iniciaram no primeiro semestre de ano de 2001. No dia da solenidade de lançamento da obra (17 de junho de 2003), profissionais da escola, pais, alunos e moradores da comunidade participaram do evento na expectativa de que as novas instalações fossem concluídas dentro do prazo previsto.

Hoje a escola tem o seu prédio próprio. A construção conta com nove salas de aula, todas com solário e banheiro próprio, biblioteca, brinquedoteca, laboratório de informática, cantina, secretaria, sala de professores, diretoria, dois parquinhos, pátio coberto.

Atende em média 360 alunos na faixa etária de dois anos e oito meses a cinco anos e oito meses distribuídos em dois turnos, manhã e tarde.

O corpo docente é composto por professoras e educadoras infantis, todas concursadas.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desde o começo do século XX, convencionou-se que os alunos devem aprender a ler e a escrever a partir dos sete anos. As escolas que subverteram essa regra argumentam que, hoje, o mundo e as crianças são muito diferentes. Elas chegam às escolas mais cedo e estão expostas a uma quantidade maior de informações, o que aguça numa idade mais precoce sua curiosidade pelas letras.

*Se reconhecemos a infância como uma construção social da qual as crianças participam como atores sociais de pleno direito, devemos, igualmente, considerá-las sujeitos capazes de interagir com os signos e símbolos construídos socialmente, bem como de construir novos signos e símbolos a partir dessa interação. [...] A linguagem escrita é um bem com o qual as crianças devem interagir, mas sobretudo, um bem ao qual as crianças devem ter direito ao acesso como forma de garantir sua inclusão na sociedade contemporânea (BAPTISTA, 2010).*

Muitas são as discussões em torno da idade certa para dar início ao processo de alfabetização. Encontram-se na literatura diferentes opiniões, as quais criam certa polêmica em torno do assunto.

Os pais criam uma grande expectativa em torno do momento certo para iniciar o processo de alfabetização, pois muitos consideram a Educação Infantil ideal para esse início. Para alguns pais, quanto mais cedo a criança é introduzida de modo sistemático nas práticas da escrita, melhor será a qualidade da escola infantil.

Grande parte das crianças ingressa em nossas escolas possuidoras de conhecimento sobre a linguagem escrita. Não se trata, como comumente ouvimos afirmar, do fato de que elas aprendem sozinhas. Essas crianças simplesmente aprendem fora da escola assistematicamente, ou seja, até o seu ingresso ao mundo escolar não passaram por um processo intencionalmente planejado para a aprendizagem da escrita, mas aprenderam observando e interagindo com sujeitos e/ou grupos leitores/escritores usuários assíduos da escrita.

*Diante disso, colocar em dúvida a possibilidade ou conveniência da presença de alfabetização e letramento na instituição de Educação Infantil é desconsiderar que a criança já chega a ela em pleno processo de*

*alfabetização e letramento: é desconhecer o contexto cultural em que a criança está imersa fora das paredes da instituição, é rejeitar o que ela já traz de conceitos e conhecimentos, é ignorar o interesse que ela tem por ampliar seu convívio com a escrita (Soares, 2009).*

Segundo Ferreiro (2001), o processo de alfabetização e letramento inicia-se na família, e não na escola como muitos acreditam. Mas é importante salientar que esses aprendizados acontecem em lares “onde há pessoas alfabetizadas e onde ler e escrever são atividades cotidianas” (Ferreiro, 2001, p. 19).

Muitos pesquisadores acreditam que a função da Educação Infantil não é alfabetizar, porém, para Cagliari (1999: 106), “aos cinco anos uma criança está mais do que pronta para ser alfabetizada [...], nesta idade, ela já conheceu e aprendeu muita coisa da vida, do mundo e até da história, já testou sua participação na sociedade, seu relacionamento com pessoas diferentes”, mas, em alguns casos, isso não significa que ela queira ser alfabetizada. O autor diz que essas considerações mostram que, mais importante do que a idade é a vontade do aluno de se alfabetizar.

A questão entre deve-se ou não alfabetizar crianças antes da idade dita certa para iniciar o processo significa desconhecer que a aquisição da leitura e da escrita, como todas as demais formas de expressão, supõe um processo vinculado à evolução das estruturas de totalidade da inteligência. Portanto, excluir a língua escrita da Educação Infantil, como se não fizesse parte do cotidiano da criança, é o mesmo que trabalhar com comportamentos metodológicos fora da experiência de vida de nossos alunos.

O trabalho com a alfabetização e o letramento na Educação Infantil não deve ser imposto, mas deve ser um meio de oferecer oportunidades que despertem na criança a curiosidade pela leitura e escrita. Deve oferecer todos os estímulos possíveis para uma criança desenvolver suas habilidades motoras, sociais, emocionais, artísticas, entre tantas outras, mas jamais esquecer que precisa brincar, experimentar e realizar descobertas que a leve a criar o gosto pela leitura e escrita.

Segundo Soares (2009) “a base será sempre o letramento, já que a leitura e escrita são, fundamentalmente, meios de comunicação e interação, e a alfabetização deve ser vista, pela criança, como instrumento para que possa envolver-se nas práticas e usos da língua escrita. [...]”

#### 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para a realização desse trabalho foram pesquisadas as seguintes publicações produzidas e organizadas pela SMED/BH dirigidas a professores da Rede Municipal de Ensino de BH, no período de 1994 até 2010.

Tabela 1 – Publicações produzidas e organizadas pela SMED/BH dirigidas a professores da Rede Municipal de Ensino de BH, no período de 1994 até 2010.

DOCUMENTO	ANO DE PUBLICAÇÃO	TEMÁTICA
Infância na Ciranda da Educação Nº 1 a 8	1994 A 2006	Diversas (gráfico à parte)
Caderno Escola Plural: Proposta Político-pedagógica Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte	1994	Proposta Político-pedagógica da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte
Caderno Escola Plural: Os projetos de trabalho	1995	Projetos de Trabalho
Caderno Escola Plural: Proposta Curricular da Escola Plural – referências norteadoras	1996	Proposta Curricular da Escola Plural
Infância: O Primeiro Ciclo de Idade de Formação	1999	Especificações do Primeiro Ciclo de Idade de Formação
Escola e Escrita – Revista nº 1	1999	Alfabetização e letramento
Série Ciranda, Cirandinha. Caderno nº 1: Projeto Político-Pedagógico Educação Infantil. A proposta em construção. SMED / PBH.	2000	Proposta de construção do Projeto Político-Pedagógico
Série Ciranda, Cirandinha. Caderno nº 2: Projeto Político-Pedagógico Educação Infantil. Brincar. SMED / PBH.	2000	Brincar
Subsídios para o projeto político-pedagógico da educação Infantil. SMED.	2001	Construção do PPP
II Congresso Político-Pedagógico da Rede Municipal de Ensino/Escola Plural	2002	Escola Plural
O Primeiro Ciclo de Idade de Formação	2002	Processos de Enturmação, Organização do Trabalho e Avaliação do Ensino Fundamental
Referenciais Curriculares Educação Básica – Escola Plural	2003	Referenciais curriculares
Projeto de Ação Pedagógica Educação Básica – Escola Plural	2003	Projeto de Ação Pedagógica
Projetos de Atuação Educativa	2003	Formação de Professores da Infância
Desafios da Formação: Proposições curriculares ensino fundamental 1º ciclo	2008	Proposta Curricular Ensino Fundamental
Desafios da Formação - Proposições curriculares educação infantil rede municipal de educação e creches conveniadas com a PBH.	2009	Proposta Curricular

Dentre os documentos pesquisados, apenas cinco se referem especificamente à Educação Infantil e entre esses apenas dois se referem à leitura e a escrita. Um deles é a revista *Infância na Ciranda da Educação* nº 7 e o outro são as Proposições Curriculares Educação Infantil Rede Municipal de Educação e Creches Conveniadas com a Prefeitura de Belo Horizonte.

Na Revista *Infância na Ciranda da Educação*, do número 1 ao 8, foram encontrados diversos artigos reagrupados nas seguintes temáticas criadas por mim, apresentadas no gráfico abaixo, de acordo com a quantidade de vezes que cada uma aparece publicada na revista:

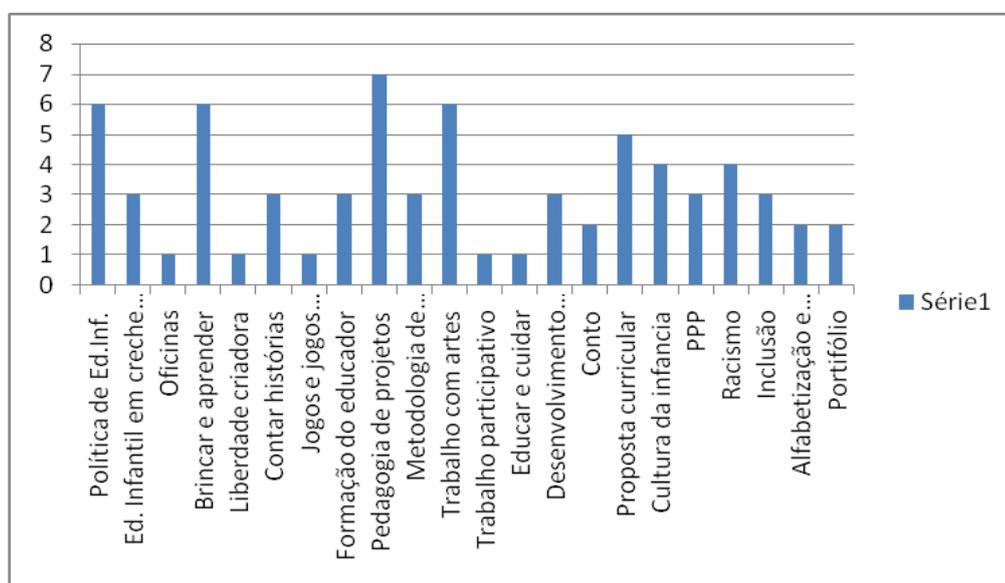


Gráfico 1 – Temáticas da Revista *Infância na Ciranda da Educação* – números 1 ao 8.

Na revista *Infância na Ciranda da Educação* nº 7, encontramos dois artigos direcionados a leitura e escrita na educação infantil: *Alfabetização, letramento e métodos na educação infantil: algumas problematizações* – Isabel Cristina Alves da Silva Frade, que tem como foco o direito das crianças brasileiras de vivenciar uma cultura rica relacionada ao universo da cultura escrita e, especialmente à cultura escrita escolar e aspectos metodológicos do trabalho com alfabetização.

O segundo artigo: *Alfabetização e letramento na educação infantil: relato de atividades em uma creche comunitária* – escrito por educadoras da Creche Tia Neli e pela pesquisadora Magda Soares, tem como objetivo compartilhar com

profissionais envolvidos com a Educação Infantil, experiências de alfabetização e letramento desenvolvidas em uma creche comunitária.

No documento “Desafios da Formação – Proposições Curriculares Educação Infantil Rede Municipal de Educação e Creches Conveniadas com a PBH, encontramos um capítulo específico sobre a linguagem escrita e tem por objetivo

*... elaborar um documento propositivo em que se apontam observações e análises do ensino da linguagem escrita na Educação Infantil – feitas e desenvolvidas junto com as professoras e educadoras da rede pública e conveniada da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – , ao lado de sugestões sobre práticas educativas e uso de recursos para a consolidação dos processos iniciais de alfabetização e letramento, com o intuito de que sejam subsídio teórico-prático para as professoras e educadoras em suas intervenções pedagógicas, a fim de que às crianças seja proporcionado o acesso a novos materiais e à aprendizagem de novas capacidades (2003, n. 9).*

## 5. PROJETO INTERVENTIVO

Para entender como a SMED/BH compreende o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita na educação infantil, a forma como os profissionais que estão atuando nas instituições de educação infantil lidam com essas diretrizes pedagógicas (ou com a ausência delas) e as tensões que se observam entre esses dois espaços: escola e órgãos centrais da SMED/BH em relação à apreensão desse objeto de conhecimento, apliquei um questionário contendo três questões básicas e que foi respondido pelas professoras, educadoras infantis e pela direção da escola, pela acompanhante pedagógica da educação infantil da regional oeste e pela gerente de coordenação da educação infantil da SMED/BH.

As profissionais que responderam esse questionário têm mais de dez anos de trabalho na educação. Todas têm formação acadêmica sendo a maioria em Pedagogia, uma em Psicologia e outra em Direito em Educação de I e II grau. Apenas uma não possui especialização.

Ao responderem a primeira pergunta *Como você analisa a questão do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita na Educação Infantil?*, foram unânimes em reconhecerem que a leitura e a escrita fazem parte do mundo da criança desde o seu nascimento e que esse contato se dá até mesmo antes de ela ingressar na escola e que o trabalho com a leitura e a escrita deve partir de situações concretas e reais para as crianças. Reconhecem também que, apesar da importância da leitura e da escrita na educação infantil ele não deve ser priorizado em detrimento de nenhuma outra linguagem.

Quanto ao trabalho dos professores da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte referente à leitura e à escrita, as entrevistadas afirmam que observa uma grande diversidade nessa abordagem com as crianças. A maioria busca desenvolver o contato com a leitura e a escrita através de atividades e ações que estejam relacionadas às suas funções sociais, permitindo que as crianças se tornem letradas mesmo que ainda não estejam alfabetizadas. Em outras palavras, sejam capazes de fazer uso da língua escrita mesmo que ainda não dominem a tecnologia da escrita ou da leitura. Mas, as entrevistadas afirmam que ainda existem trabalhos isolados e atividades descontextualizadas de projetos que não têm significado para as crianças, voltados para a alfabetização, considerando somente o domínio da técnica

que se utiliza para ler e escrever, ou ainda, professores que acreditam que não se deve considerar na proposta pedagógica a aprendizagem da leitura e escrita na Educação Infantil. Acredita-se que os equívocos na condução do trabalho de alguns professores estão relacionados à questão da formação com especificidade no caso da apropriação do processo de leitura e escrita, mas também nas questões relacionadas ao desenvolvimento infantil.

Quando perguntadas sobre *Qual deveria ser o papel da SMED em relação à questão do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita na Educação Infantil?*, as respostas se diferem conforme o interesse das partes, saindo um pouco do foco da leitura e da escrita na Educação Infantil.

A gerente de coordenação da Educação Infantil da SMED/BH e a acompanhante pedagógica da educação infantil da Regional Oeste frisam a importância da finalização das Proposições Curriculares para a Educação Infantil que, segundo elas, virá apresentar a diretriz pedagógica da Política Municipal para a Educação Infantil, e a formação específica para o trabalho com a Educação Infantil. A gerente ainda aponta outros desafios após a finalização do documento, como o acompanhamento do processo de revisão de todas as propostas pedagógicas das instituições que atendem a Educação Infantil a partir desta referência, aprimorar o processo de articulação com o Ensino Fundamental, a formação em serviço e o acompanhamento sistemático do trabalho pedagógico em todas as instituições da rede municipal e da rede de creches privadas comunitárias, filantrópicas ou confessionais conveniadas com o município.

Quanto à direção da escola, professores e educadores infantis, esses acreditam que o papel da SMED seria conhecer a realidade do cotidiano escolar, antes de qualquer outra coisa. Cobram ainda uma maior valorização do profissional, investindo na sua auto-estima, estabelecendo uma relação de respeito e confiança, apostando na formação do professor como saída eficiente para conquistar a qualidade na educação, acontecendo dentro e fora das escolas, coladas às reais necessidades de cada coletivo e favorecendo a troca de experiências e o estudo efetivo. A Educação Infantil deve ser tratada com a devida importância que tem. É um tempo único de aprendizagens bastante significativas e de suma importância para o desenvolvimento da criança.

## 6. CONCLUSÃO

Ao analisar os documentos publicados pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte – SMED/BH, percebo que só recentemente essa temática é colocada em pauta, visto que as publicações encontradas datam de 2006 e 2009. Essas publicações mais recentes mostram que há uma grande preocupação com a construção do Projeto Político-Pedagógico, uma vez que há mais de uma publicação específica sobre esse assunto. Também se encontram em destaque os temas que abordam a questão do brincar e da Pedagogia de Projetos.

Apesar da quase ausência da discussão sobre a leitura e a escrita na educação infantil, há um reconhecimento da importância desse trabalho com as crianças pequenas. Os sujeitos entrevistados afirmam ser a alfabetização e o letramento processos que se constroem socialmente, não apenas escolarmente e que a criança já vivencia esses processos fora das paredes da instituição educativa. Segundo Soares, no artigo *Alfabetização e Letramento na Educação Infantil: relato de atividades em uma creche comunitária*, publicado na revista *Infância na Ciranda da Educação* nº 7,

*... se a instituição de Educação Infantil não assume, ela também, esse processo, a criança ficará sujeita a vivenciar apenas ações e influências aleatórias e muitas vezes até prejudiciais, com distorção de conceitos ou formação de atitudes negativas em relação ao escrever e ao ler (SOARES, 2003:14).*

Também publicado na revista *Infância na Ciranda da Educação* nº 7, o artigo *Alfabetização, letramento e métodos na educação infantil: algumas problematizações*, Isabel Frade, ressalta a importância do trabalho com a leitura e a escrita na Educação Infantil, abordado de maneira mais espontânea, sem a preocupação de uma sistematização precoce das relações sons e letras. Segundo Frade, o equilíbrio entre o acesso global à cultura escrita e as intervenções em torno do sistema de escrita é fundamental, para evitar que se trabalhe num plano abstrato de análise da escrita.

*Assegurar o direito das crianças à cultura escrita, na educação infantil supõe a criação de situações em que o jogo simbólico com a linguagem escrita possa ser vivenciado, sem ferir características do pensamento e da*

*cultura infantis, presentes neste nível de escolarização, e sem suprimir a importância de diferentes expressões como a corporal, a plástica, entre outras (FRADE, 2006).*

Grande parte das crianças da escola pública depende desse espaço para ter acesso a esse patrimônio cultural. A Educação Infantil é uma etapa fundamental do desenvolvimento escolar das crianças. Ao democratizar o acesso à cultura escrita, ela contribui para minimizar diferenças socioculturais. Para que os alunos aprendam a ler e a escrever, é preciso que participem de atos de leitura e escrita desde o início da escolarização. Se a Educação Infantil cumprir seu papel, envolvendo os pequenos em atividades que os façam pensar e compreender a escrita, no final dessa etapa eles estarão naturalmente alfabetizados ou aptos a dar passos mais ousados em seus papéis de leitores e escritores.

*Em síntese, É porque a cultura também se dissemina por escrito que os alunos da educação infantil devem participar plenamente deste universo (FRADE, 2006:6).*

## 7. REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Mônica Correia. **Intervenções educativas na primeira infância e a aprendizagem da língua escrita.** In: **GRUPECI: Seminário de Grupos de Pesquisa sobre Crianças e Infâncias**, I, 2008, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: UERJ.

BAPTISTA, Mônica Correia. **Alfabetização e letramento em classes de crianças menores de sete anos.** In: **XV ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino: Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: políticas e práticas educacionais.** SUB-TEMA 1 – Alfabetização e letramento. Simpósio 3 – Alfabetização e letramento no contexto da Educação Infantil e do Ensino Fundamental: desafios para o ensino, para as pesquisas e para a formação. 2010, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: UFMG.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Caderno Escola Plural: os projetos de trabalho.** Belo Horizonte: SMED, n. 1, 1995.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **II Congresso Político-Pedagógico da Rede Municipal de Ensino / Escola Plural.** Belo Horizonte: SMED, 2002.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Caderno Escola Plural: proposta curricular da escola plural – referências norteadoras.** Belo Horizonte: SMED, n. 2, 1996.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Caderno Escola Plural: proposta político-pedagógica rede municipal de educação Belo Horizonte.** Belo Horizonte: SMED, out. 1994.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Desafios da Formação - Proposições curriculares educação infantil rede municipal de educação e creches conveniadas com a pbh.** Belo Horizonte: SMED, 2009.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Desafios da formação: proposições curriculares ensino fundamental 1º ciclo.** Belo Horizonte: SMED, 2008.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Infância: o primeiro ciclo de idade de formação**. Belo Horizonte: SMED, 2000. (Número Especial).

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Caderno escola plural: Projeto de Ação Pedagógica; educação básica**. Belo Horizonte, SMED, mar. 2003.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Caderno escola plural: referenciais curriculares; educação básica**. Belo Horizonte: SMED, fev. 2003.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Subsídios para o projeto político-pedagógico da educação Infantil**. Belo Horizonte: SMED, 2001.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (CAPE). **Escola e Escrita**. Belo Horizonte: SMED, n. 1, jul. 1999. (Número Especial)

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (CAPE). **Infância na Ciranda da Educação**. Belo Horizonte: SMED, n. 1, 1994.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (CAPE). **Infância na Ciranda da Educação**. Belo Horizonte: SMED, n. 2, 1996.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (CAPE). **Infância na Ciranda da Educação**. Belo Horizonte: SMED, n. 3, 1997.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (CAPE). **Infância na Ciranda da Educação**. Belo Horizonte: SMED, n. 4, 2000.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (CAPE). **Infância na Ciranda da Educação**. Belo Horizonte: SMED, n. 5, 2003.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (CAPE). **Infância na Ciranda da Educação**. Belo Horizonte: SMED, n. 6, 2006.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (CAPE). **Infância na Ciranda da Educação**. Belo Horizonte: SMED, nº 7, 2006.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (CAPE). **Infância na Ciranda da Educação**. Belo Horizonte: SMED, nº 8, 2006.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (CAPE). **O Primeiro Ciclo de Idade de Formação**. Belo Horizonte: SMED, nov. 2002.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (CAPE). **Projetos de Atuação Educativa**. Belo Horizonte: SMED, dez. 2003.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (CAPE). **Ciranda, Cirandinha: Projeto Político-Pedagógico Educação Infantil – A proposta em construção**. Belo Horizonte: SMED, n. 1, 2000.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (CAPE). **Ciranda, Cirandinha: Projeto Político-Pedagógico Educação Infantil – Brincar**. Belo Horizonte: SMED, n. 2, 2000.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o bá-be-bi-bó-bu**. São Paulo: Scipione, 1999.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. 9ª ed., São Paulo: Cortez, 2001.

JOBIM E SOUZA, Solange & PEREIRA, Rita Marisa Ribes. **Infância, conhecimento e contemporaneidade**.

KRAMER, Sonia. **Propostas Pedagógicas ou Curriculares de Educação Infantil: para retomar o debate**. PUC. Rio de Janeiro.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento na Educação Infantil**. Belo Horizonte, **Pátio – Educação Infantil**, Ano VII, n.20 jul/out 2009.

TEBEROSKY, Ana e COLOMER, Teresa. **Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

## 8. ANEXOS



**L A S E B - Pós-Graduação Especialização Lato Sensu em Docência na Educação Básica – 2009/2010.**

Grupo: Alfabetização e letramento na educação infantil.  
Coordenação: Professora Mônica Correia Baptista  
Faculdade de Educação da UFMG

Nome da instituição de educação infantil:

Telefone:

Pessoa responsável:

### QUESTIONÁRIO

#### I – DADOS DO ENTREVISTADO

Nome:

#### II. EXPERIENCIA PROFISSIONAL

Tempo de trabalho nessa instituição

Função que exerce atualmente

Tempo de trabalho na educação

#### III. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Formação acadêmica

Especialização

#### IV – PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE LEITURA E ESCRITA

Como você analisa a questão do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita na educação Infantil?

Como você acredita que os professores das escolas da Rede Municipal de Educação de BH vêm trabalhando com as crianças as questões referentes à leitura e à escrita?

Na sua opinião, qual deveria ser o papel da SMED em relação à questão do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita na educação infantil?